Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Galito, Maria Miguel Sousa, 1977-
Daniel, João
Grilo, Leonardo

Eleições legislativas na Suécia : 13 de Setembro

http://hdl.handle.net/11067/8951
https://doi.org/10.34628/PWFB-RH85

Metadados

Data de Publicação	2026
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Eleições - Suécia
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 14 (Julho-Dezembro 2026)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-18T18:48:02Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

Eleições legislativas na Suécia (13 de Setembro de 2026)

Maria Sousa Galito
ORCID: 0000-0001-9590-7278
email: 13001283@edu.ulusiada.pt

João Daniel
email: 13000145@edu.ulusiada.pt

Leonardo Grilo
email: leonardogrilo20@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.34628/PWFB-RH85

1. Contextualização

A Suécia é um país escandinavo, do Norte da Europa, em que vigora uma Monarquia Constitucional desde 1809. O Parlamento sueco (Riksdag) aprovou uma revisão constitucional em 1974, em vigor desde 1 de janeiro de 1975, que retirou definitivamente os poderes políticos ao monarca.

O atual rei é Carlos XVI Gustavo, que ascendeu ao trono em 1973. É um Chefe de Estado de perfil discreto que preside a cerimónias de carácter representativo do país no exterior.

1.1 Folkhemmet

O histórico líder social-democrata, Per Albin Hansson, fez um discurso 18 de janeiro de 1928, em que invocou a Folkhemmet, criando a ideia da Suécia enquanto "Casa do Povo".

A Era Folkhemmet corresponde período entre 1932 e 1976, em que o Partido Social-Democrata governou quase sempre o país, transformando um país agrícola e relativamente pobre, numa das nações mais ricas e desenvolvidas do mundo.

A Folkhemmet apresentava-se como uma alternativa ao comunismo soviético, mas também ao capitalismo e a uma economia de mercado altamente competitiva. Herdeira de um modelo que terminasse com a luta de classes, mas sem conflito entre patrões e trabalhadores, através da cooperação e acesso a direitos e garantias, visava garantir a universalidade do acesso à saúde e à educação.

Portanto, a agenda política, tradicionalmente focada na Folkhemmet, baseava-se na ideia de uma sociedade a funcionar como uma família unida e estruturada, onde havia entreajuda, em que não se pensava em privilegiados ou negligenciados, mas em igualdade perante a lei e na manutenção de um Estado social que garantisse uma rede de segurança a todos os cidadãos.

1.2 Mudanças Sociais

Se a Folkhemmet procurou contrariar a "Grande Emigração" entre 1850 e 1930, em que cerca de 1,5 milhões de suecos abandonou o país à procura de mel-

hores condições de vida; também gerou importação de mão-de-obra barata para o processo de industrialização após a II Guerra Mundial; numa primeira fase de trabalhadores europeus, mas que escancarou portas ao multiculturalismo após legislação de meados da década de 70 do séc. XX.

Portanto, após o fim do recrutamento de mão-de-obra não nórdica em 1972, a imigração passou a permitir a reunificação familiar e a receber milhares de refugiados provenientes de origens tão diversas como o Iraque, o Irão, a Síria, o Afeganistão, ou o Chile. Tratando-se de populações desfavorecidas ou, em média, com menos recursos que os suecos, passaram a ser bem-sucedidos em candidaturas a subsídios e abonos familiares.

Simultaneamente, o parlamento passou a permitir que as minorias étnicas mantivessem a sua língua e cultura, o que desmotivou algum esforço de adaptação ou integração dos novos residentes na matriz sueca, permitindo que residentes de segunda geração não fossem fiéis aos princípios e valores do país que acolhera os seus encarregados de educação.

Nos últimos anos, os problemas acumularam-se. A sociedade pacífica e pacifista sueca, baseada no bem-estar, que costumava ocupar os primeiros lugares dos rankings internacionais da felicidade, sofreu destabilização interna não acautelada por políticas ingénuas, que contribuíram para que o modelo social sueco, dos melhores da Europa e do mundo, ficasse sob pressão.

Problemas em contexto escolar, distúrbios nos subúrbios e violência grupal ou de rua, aumentaram; e dificuldades na inserção de imigrantes foram, finalmente, constatadas e enfrentadas, por serem demasiado evidentes. Algumas medidas foram introduzidas no quotidiano, através de controlos de fronteira, nas limitações no direito de asilo ou no acesso a subsídios por parte de estrangeiros. Incentivando-os, inclusive, a regressar ao seu país de origem. Mas "o país de portas abertas" foi obrigado a concluir que é mais fácil permitir a entrada de estrangeiros, do que impulsionar à sua saída; e que a Folkhemmet não é conceito universal ou fácil de assimilar por todos os atuais residentes da Suécia.

1.3 Mudanças Políticas

O tradicional domínio dos moderados tem sido ameaçado pela ascensão de radicais, com acentuada fragmentação parlamentar. O que tornou progressivamente mais difícil formar governos de maioria absoluta ou estáveis em minoria, por dependerem de negociações com vários partidos ou de acordos complexos que resultam de divergências ideológicas significativas. O que tem resultado em impasses e renúncias.

Em política externa, as mudanças foram também significativas quando a Suécia abdicou da sua neutralidade histórica em 2024.

A neutralidade sueca fora incutida nas escolhas geopolíticas nacionais desde o fim do império napoleónico, após a Conferência de Viena realizada entre setembro de 1814 e junho de 1815; mas também após a chamada "Guerra Finlandesa" de 1808-1809 que gerara conflito direto com a Suécia com a Rússia.

Durante a II Guerra Mundial, a sua política de não-alinhamento foi pragmática, para não perder soberania; mas estabelecendo relações comerciais com o III Reich ou permitindo o trânsito de tropas nazis no seu espaço de influência. Durante a Guerra Fria, sorriu aos aliados, aproximando-se progressiva-

mente dos EUA. O país tornou-se Estado-Membro da União Europeia em 1995 e passou a colaborar discretamente com a NATO.

A Suécia, que adotava um não-alinhamento militar há dois séculos, procurando posicionar-se como país neutral no xadrez mundial, quando a Rússia invadiu a Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022. Apenas dois meses depois, em maio de 2022, formalizou pedido de adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em conjunto com a vizinha Finlândia.

Após negociações, sobretudo com a Turquia e a Hungria que levantaram objeções iniciais a tal desiderato, acabou por aderir a 7 de março de 2024, tornando-se, assim, o 32º membro da NATO. A Finlândia já entrara a 4 de abril de 2023.

Portanto, várias mudanças políticas e sociais têm tido impacto significativo na opinião pública sueca, que vota em conformidade com a sua sensibilidade ou ideologia política, face às consequências dessas alterações.

Posto isto, faz sentido analisar as últimas eleições legislativas na Suécia, realizadas a 13 de setembro de 2026, na tentativa de compreender a tendência atual do sentido de voto dos eleitores desse país. Para o qual também é importante conhecer o sistema eleitoral em que o escrutínio é levado a efeito.

2. Sistema Eleitoral Sueco

A Vallag é um diploma único[1]. Regula, no mesmo texto, as eleições para o Riksdag, para as assembleias regionais, para as assembleias municipais e para o Parlamento Europeu (Vallag, cap. 1, art. 1.º). Não esgota, porém, o direito eleitoral sueco: o número de deputados, a barreira de acesso ao Riksdag e o próprio princípio da proporcionalidade constam do Regeringsformen,[2] o Instrumento de Governo de 1974, que é uma das quatro leis fundamentais do Reino. Assinala-se adiante, caso a caso, o que decorra da lei fundamental e não da Vallag.

As eleições realizam-se sempre ao domingo. As ordinárias para o Riksdag, para as assembleias regionais e municipais, têm lugar no mesmo dia, o segundo domingo de setembro, e as europeias em junho, de cinco em cinco anos (Vallag, cap. 1, arts. 2.º e 3.º). O mandato de quatro anos vem do Regeringsformen. A coincidência dos três níveis tem consequências práticas visíveis: o eleitor recebe no mesmo ato três boletins distintos, identificados por cores diferentes, e a campanha local acaba por se fazer à sombra da nacional.

A eleição repetida, omval, é a que se segue à anulação de uma eleição pela Comissão de Verificação Eleitoral e tem de realizar-se no prazo de três meses (Vallag, cap. 1, art. 3.º, segundo parágrafo).

As eleições antecipadas, extra val, correspondem, quanto ao Riksdag, à dissolução pelo Governo ou à situação em que o Parlamento falhe quatro vezes seguidas a investidura de um primeiro-ministro, cabendo a fixação da data, consoante o caso, ao Governo ou ao Presidente do Riksdag (Vallag, cap. 1, art. 3.º, segundo a quarto parágrafos, com remissão para o Regeringsformen, cap. 3, § 11, e cap. 6, § 5).

2.1 Acesso dos Partidos à Eleição

1 Vallag (SFS 2005:837), versão consolidada até à SFS 2026:989. Svensk författningssamling. URL: https://rkrattsbaser.gov.se/sfst?bet=2005:837

2 Regeringsformen (SFS 1974:152). Svensk författningssamling. URL: https://data.riksdagen.se/dokument/sfs-1974-152.text

Não existe, para efeitos eleitorais, um registo constitutivo de partidos. Em contrapartida, o sistema possui três patamares, com efeitos jurídicos distintos.

Primeiro, referente ao registo da denominação partidária, cuja função é proteger o nome contra imitações. O pedido entra até ao último dia de fevereiro do ano eleitoral. Se o partido ainda não estiver representado no órgão em causa, tem de acompanhar-se de declarações de apoio: a) de 1 500 eleitores, no caso do Riksdag e do Parlamento Europeu; ou b) de 100 e 50 eleitores no caso das regiões e dos municípios (Vallag, cap. 2, arts. 1.º a 4.º).

Só o partido que tenha registado a denominação pode apresentar uma lista fechada, instruída com o consentimento escrito de cada candidato (Vallag, cap. 2, art. 9.º). Consequentemente, nos boletins desse partido, um nome que o eleitor escreva à mão só produz efeitos se corresponder a candidato efetivamente apresentado (Vallag, cap. 7, art. 2.º, quarto parágrafo, e cap. 13, art. 8.º).

O terceiro patamar foi introduzido em 2014. O eleitor costumava escrever, num boletim em branco, o nome de qualquer partido, existente ou imaginário, e esse voto era contado. O legislador passou a exigir que os partidos que concorram às eleições, comuniquem a sua participação à autoridade eleitoral central até 30 dias antes da eleição; ficando dispensados os que já estejam representados e os que tenham apresentado listas (Vallag, cap. 2, arts. 14.º, 15.º e 17.º). Paralelamente, qualquer candidato, mesmo de partido sem lista registada, tem de consentir na candidatura até à sexta-feira anterior ao dia da eleição (Vallag, cap. 2, art. 20.º). A antiga tradição dos boletins inteiramente abertos, juridicamente frágil, foi descontinuada.

2.2 Território, Administração Eleitoral e Recenseamento

Para o Riksdag o país divide-se em 29 círculos. A maioria coincide com os condados, mas as três maiores cidades, Estocolmo, Gotemburgo e Malmö, formam círculos próprios, e os dois condados mais populosos, a Escânia e Västra Götaland, estão subdivididos (Vallag, cap. 4, art. 2.º).

A repartição dos mandatos pelos círculos faz-se em cada ano eleitoral, até 30 de abril, segundo uma regra aritmética simples: cada círculo recebe um mandato por cada fração de 1/310 do eleitorado nacional que contenha, distribuindo-se o que sobra pelos maiores restos (Vallag, cap. 4, art. 3.º). A lei pressupõe 310 mandatos fixos. Os 349 lugares do Riksdag, e por diferença os 39 mandatos compensatórios, resultam do Regeringsformen.

Nas eleições locais a regra é o círculo único. As regiões podem dividir-se se a respetiva assembleia assim deliberar, e os municípios só o podem fazer a partir de 36 000 eleitores, salvo motivos especiais (Vallag, cap. 4, arts. 5.º e 12.º). A razão da restrição está explicada nos trabalhos preparatórios de 2014 e contraria o receio que, a divisão em círculos, servisse para elevar artificialmente o limiar efetivo e afastar os partidos pequenos.[3]

Abaixo do círculo está o distrito de voto, que deve reunir entre mil e dois mil eleitores e dispõe de assembleia de voto própria (Vallag, cap. 4, arts. 17.º e 20.º).

3 Prop. 2013/14:48. Proportionell fördelning av mandat och förhandsanmälan av partier i val. Regeringens proposition. URL: https://www.riksdagen.se/sv/dokument-och-lagar/dokument/proposition/proportionell-fordelning-av-mandat-och_h10348/

A lei exige que os locais de voto não tenham ligação a agremiações políticas e que não tenham ligação a confissões religiosas ou a empresas suscetíveis de influenciar o eleitor (Vallag, cap. 4, arts. 20.º e 22.º).

A administração eleitoral assenta em três níveis (Vallag, cap. 3, arts. 1.º a 3.º). No topo está a autoridade eleitoral central, a Valmyndigheten, com a responsabilidade geral pela matéria. No plano regional constam as Administrações dos Condados, as länsstyrelser, que contribuem para a formação das comissões municipais e apuramento definitivo dos resultados. Na base está uma comissão eleitoral, a valnämnd, em cada município, que organiza a votação no terreno.

Os membros das mesas só podem ser nomeados depois de receberem formação, com material preparado pela autoridade central (Vallag, cap. 3, art. 5.º). É uma exigência burocrática e tem efeitos práticos visíveis na uniformidade dos procedimentos.

O recenseamento é oficioso. Assenta no registo da população, a folkbokföring, mantido pela administração fiscal. Os cadernos refletem a situação 30 dias antes da eleição (Vallag, cap. 5, art. 1.º). Os suecos que emigram continuam inscritos por dez anos, podendo renovar a inscrição a pedido (Vallag, cap. 5, art. 2.º). Cada eleitor recebe em casa um cartão de eleitor, que deve chegar até 18 dias antes do dia da eleição, com a indicação da sua assembleia de voto e do horário desta (Vallag, cap. 5, arts. 8.º e 9.º).

2.3 Sistema de Voto

De acordo com o Vallag (SFS 2005:837), as listas suecas são semiabertas. O eleitor escolhe o partido e pode assinalar um candidato, mas para que essa escolha altere a ordem da lista é preciso que o candidato seja assinalado em pelo menos 5 % dos boletins do seu partido no círculo (Vallag, cap. 14, art. 9.º). Nas eleições locais exige-se ainda um mínimo absoluto, de 100 votos nas regionais e 50 nas municipais, para evitar que um punhado de votos baste nos círculos mais pequenos (Vallag, cap. 14, art. 13.º).

Os candidatos que ultrapassem o limiar ocupam os primeiros lugares, por ordem de votos preferenciais. Preenchendo-se os restantes por um cálculo que, na generalidade dos casos, respeita a ordem da lista (Vallag, cap. 14, art. 10.º). Na prática, a esmagadora maioria dos eleitos continuaria a sê-lo com listas fechadas. Mas a figura não deixa de ter valor, até porque funciona como instrumento de pressão interna sobre a elaboração das listas.

Menos conhecido, e genuinamente original, é o regime dos suplentes. Em vez de um conjunto de suplentes comum ao partido, cada deputado ao Riksdag tem os seus próprios suplentes. No mínimo três, determinados por um cálculo que atende aos boletins que o elegeram (Vallag, cap. 14, arts. 14.º a 17.º). A lógica é preservar, no momento da substituição, a escolha feita pelos eleitores daquele deputado em concreto.

O sistema sueco não usa um boletim único com todas as candidaturas, mas boletins separados por partido. A lei prevê três tipos: boletins só com a denominação do partido, boletins com a denominação e a lista de candidatos, e boletins em branco, nos quais o eleitor escreve o partido (Vallag, cap. 6, art. 1.º). Todos têm formato A6 e cada eleição tem a sua cor (Vallag, cap. 6, art. 4.º).

Portanto, o eleitor tem de escolher o boletim do partido em que vai votar. Os boletins chegavam

a estar expostos em mesas abertas, à vista de quem estivesse na sala, o que gerou críticas quanto à proteção do segredo do voto. Atualmente, a lei exige que sejam expostos num espaço resguardado, onde cada eleitor os recolhe sem ser observado (Vallag, cap. 8, art. 2.º).

Só os partidos que tenham obtido mais de 1 % dos votos numa das duas últimas eleições, ou que estejam representados no órgão local em causa, têm os boletins expostos pela administração, podendo os restantes fazê-los chegar aos eleitores por outros meios (Vallag, cap. 8, art. 2.º, e cap. 6, art. 7.º).

No ato de votar, o eleitor coloca o boletim num sobrescrito, sem o dobrar, fecha-o e entrega-o à mesa (Vallag, cap. 7, arts. 2.º e 3.º). Se desejar, assinala um candidato no espaço reservado ao voto preferencial.

O voto antecipado presencial está aberto a qualquer eleitor, sem necessidade de justificar a ausência. Nas eleições ordinárias os locais organizados pelos municípios abrem a partir do 18.º dia anterior à eleição e os das embaixadas e consulados a partir do 24.º (Vallag, cap. 10, art. 2.º).

Ao lado do voto antecipado, a lei prevê o voto por portador, para quem não possa deslocar-se por doença, deficiência ou idade e para certos reclusos. O portador tem de pertencer a um círculo fechado de pessoas, que inclui familiares próximos, cuidadores, distribuidores postais rurais e funcionários prisionais, e a entrega é testemunhada (Vallag, cap. 7, arts. 4.º a 10.º).

A lei prevê também o voto por correspondência a partir do estrangeiro, admitido desde 45 dias antes da eleição (Vallag, cap. 7, arts. 11.º a 14.º). Desde 2025 prevê ainda a recolha de votos no domicílio por membros de mesa itinerantes, alargada a pessoas detidas em esquadras e a internados em estabelecimentos de saúde.[4]

A figura mais original é o chamado ångerröstning, à letra o voto de arrependimento. O eleitor que votou antecipadamente ou por correspondência pode, no dia da eleição, dirigir-se à sua assembleia de voto e votar de novo, sendo-lhe devolvido o voto anterior, que deixa de contar (Vallag, cap. 9, art. 14.º). A sua justificação não está na volubilidade do eleitor, mas na proteção da liberdade de voto. O voto antecipado, por ser prestado fora do quadro controlado do dia da eleição, fica mais exposto a pressões familiares ou sociais, e garantir que pode sempre ser anulado pelo próprio retira-lhe utilidade enquanto instrumento de coação.

2.4 Apuramento dos Resultados

O apuramento decorre em três momentos, segundo o Vallag (SFS 2005:837),. Logo que as urnas fecham, os membros da mesa contam os votos em sessão pública e sem interrupções. É este o resultado divulgado na noite eleitoral, mas é meramente preliminar (Vallag, cap. 11, arts. 1.º e 2.º).

Na quarta-feira seguinte a comissão eleitoral municipal reúne para contar os votos que não chegaram a tempo às mesas (Vallag, cap. 12, art. 1.º). Por fim a Administração do Condado procede ao apuramento definitivo, onde se decide da validade dos boletins (Vallag, cap. 13, arts. 1.º e 2.º).

A lei distingue com cuidado duas situações. Uma é a invalidade do boletim, que ocorre quando este não indica partido, indica mais do que um, respeita a

4 Lag (2025:926) om ändring i vallagen (2005:837). Svensk författningssamling. URL: https://svenskförfattningssamling.se/sites/default/files/sfs/2025-10/SFS2025-926.pdf

partido que não comunicou a participação ou contém marcas manifestamente intencionais (Vallag, cap. 13, art. 7.º). Outra é aquela em que o voto no partido é válido, mas o nome do candidato se tem por não escrito, por o eleitor ter assinalado mais do que um nome ou por o candidato não ser elegível (Vallag, cap. 13, art. 8.º). Na primeira hipótese perde-se o voto. Na segunda perde-se apenas a sua dimensão pessoal.

2.5 Distribuição dos Mandatos

A conversão de votos em mandatos faz-se por uma variante do método de Sainte-Laguë a que a lei chama método ajustado dos divisores ímpares. Os votos de cada partido dividem-se por 1,2 para efeito da atribuição do primeiro mandato e, depois, sucessivamente por 3, 5, 7 e seguintes (Vallag, cap. 14, art. 3.º).

O processo baseia-se em modelo adotado em 1952 com um divisor inicial de 1,4. Este valor, face ao Sainte-Laguë puro, dificultava a conquista do primeiro lugar num círculo por um partido pequeno. Os trabalhos preparatórios de 2014 reconhecem que os partidos pequenos continuavam a ser desfavorecidos com regularidade,[5] o que levou à redução do divisor para 1,2, com efeitos a partir das eleições de 2018.[6]

Após a distribuição dos mandatos fixos círculo a círculo, aplica-se o mesmo método ao país inteiro, como se fosse um círculo único, para apurar quantos lugares cabem a cada partido no total (Vallag, cap. 14, art. 4.º). Os 39 mandatos compensatórios servem para fechar a diferença (Vallag, cap. 14, art. 4.º-C).

Dois pormenores técnicos merecem referência. O primeiro é a devolução de mandatos excedentes, também introduzida em 2014. Se um partido tiver obtido, nos mandatos fixos, mais lugares do que aqueles que lhe caberiam proporcionalmente, o excesso é devolvido nos círculos em que a eleição tenha sido mais tangencial, e redistribuído pelos restantes partidos (Vallag, cap. 14, arts. 4.º-A e 4.º-B).

O segundo respeita à localização dos mandatos compensatórios. Cada um é atribuído ao círculo onde o partido tenha o maior quociente remanescente, mas nos círculos em que o partido não elegeu ninguém esse quociente é o número de votos por inteiro, sem divisão (Vallag, cap. 14, art. 5.º, segundo parágrafo). A regra favorece deliberadamente a dispersão territorial dos eleitos.

A barreira de acesso, de 4 % a nível nacional ou 12 % num só círculo, consta do Regeringsformen. A Vallag limita-se a extrair daí as consequências, excluindo da compensação os partidos abaixo dos 4 % (Vallag, cap. 14, art. 5.º, primeiro parágrafo; Regeringsformen, cap. 3). A via dos 12 % tem tido, na prática, relevância muito reduzida.

As eleições de 13 de setembro de 2026 ilustram bem o resultado do sistema. Oito partidos ultrapassaram a barreira e os 349 lugares distribuíram-se do seguinte modo: Sociais-Democratas 99, Moderados 70, Democratas Suecos 62, Esquerda 30, Centro 25, Democratas-Cristãos 22, Verdes 22 e Liberais 19.[7] A proximidade entre a percentagem de votos e a per-

5 Prop. 2013/14:48, cit.

6 Betänkande 2014/15:KU2. Proportionell fördelning av mandat och förhandsanmälan av partier i val (vilande grundlagsbeslut, m.m.). Konstitutionsutskottet, Sveriges riksdag. URL: https://www.riksdagen.se/sv/dokument-och-lagar/dokument/betankande/proportionell-fordelning-av-mandat-och_h201ku2/html/
Lag (2014:1384) om ändring i vallagen (2005:837). Svensk författningssamling. URL: https://svenskforfattningssamling.se/doc/2025926.html

7 Sveriges riksdag (2026). "The new Riksdag after the elections". Sveriges riksdag, News, 19 de setembro. URL: https://www.riksdagen.se/en/news/articles/2026/sep/19/the-new-riksdag-after-the-elections_cmsad780a37-f1ae-4d47-a4a7-b6ea2a69a21een/

centagem de lugares é elevadíssima, e o caso dos Liberais, que passaram meses abaixo dos 4 % nas sondagens, mostra como a barreira condiciona a estratégia dos eleitores de cada bloco.

Nas eleições locais e europeias as barreiras constam da própria Vallag: 2 % nos municípios com círculo único, 3 % nos municípios divididos em círculos e nas regiões, 4 % nas europeias (Vallag, cap. 14, art. 6.º). Nas regiões e municípios com mais de um círculo, nove décimos dos mandatos são fixos e os restantes compensatórios, aplicando-se com as necessárias adaptações as regras do Riksdag (Vallag, cap. 4, arts. 9.º e 14.º, e cap. 14, art. 8.º).

2.6 Contencioso Eleitoral

O contencioso está concentrado num órgão especializado, a Comissão de Verificação Eleitoral, Valprövningsnämnden, e só são impugnáveis as decisões que a lei expressamente indique (Vallag, cap. 15, art. 1.º). O elenco é amplo. Abrange tanto atos preparatórios, como a divisão em círculos ou o registo de partidos, como a própria fixação do resultado (Vallag, cap. 15, art. 3.º). Para impugnar o resultado tem legitimidade qualquer eleitor inscrito e qualquer partido concorrente, no prazo de dez dias a contar do encerramento da eleição (Vallag, cap. 15, arts. 4.º e 6.º).

O critério de decisão é causal e de intervenção mínima. A Comissão anula a eleição quando tenha havido irregularidade ou interferência indevida, mas apenas se houver fundamento para presumir que isso influiu no resultado, e sempre que um novo apuramento ou outra medida menos gravosa seja suficiente é essa a via a seguir. A eleição repetida circunscreve-se aos mandatos do círculo afetado (Vallag, cap. 15, art. 13.º).

O capítulo 16 do Vallag (SFS 2005:837), aditado em 2025, é reflexo legislativo das preocupações recentes com a integridade dos processos eleitorais. Atribui à autoridade central a coordenação da proteção das eleições e a análise de riscos, obriga as autoridades a comunicar incidentes com celeridade e prevê a acreditação de observadores eleitorais nacionais e internacionais (Vallag, cap. 16, arts. 1.º a 3.º).

Posto isto, o sistema não é isento de críticas, e os próprios suecos discutem-no. A barreira de 4 % desperdiça, em cada eleição, os votos dos partidos que ficam logo abaixo dela. O voto preferencial tem pouco efeito real sobre a composição do Riksdag. A coincidência das eleições nacionais e locais tende a apagar a especificidade destas últimas.

Tem, ainda assim, uma coerência interna notável, que assenta em duas opções de fundo. A primeira é tratar a proporcionalidade como objetivo nacional e não meramente circunscricional, construindo para o efeito os mecanismos necessários, da compensação à devolução de excedentes e ao ajuste do divisor. A segunda é fazer da acessibilidade do voto uma preocupação autónoma do legislador, visível no voto antecipado sem justificação, nos membros de mesa itinerantes e no voto de substituição, que resolve o problema de liberdade que qualquer regime generoso de voto antecipado inevitavelmente coloca.

3. Campanha e Resultados Eleitorais

As eleições legislativas suecas de 2026 foram marcadas por temas como a educação, a saúde, o custo de vida e o impacto socioeconómico da imigração. A campanha eleitoral foi renhida, com resultado con-

siderado aberto e potencial para uma coligação de direita que formasse governo com os nacionalistas do Partido dos Democratas da Suécia (Sverigedemokraterna, SD) liderados por jimmie Akesson.

As projeções económicas (OCDE, 2026) antecipavam um crescimento do PIB de 1,9% na Suécia, com inflação baixa a rondar os 1,2%, num contexto de expansão fiscal e maiores investimentos na área da Defesa[8]. Mas foi talvez o grande endividamento das famílias e os elevados preços no mercado habitacional, impedindo muitos jovens de adquirir casa, a ter mais peso escrutínio desse ano. De facto, o modelo nórdico de controlo de rendas não tem impedido longas listas de espessa por casa e um desfasamento entre a proteção dos atuais inquilinos e as dificuldades de quem procura casa pela primeira vez.

Por outro lado, o acesso a benefícios sociais (tais como licenças de maternidade e abonos de família, subsídios de doença e apoios à habitação) tem sido cortado a imigrantes (passando a exigir que vivam no país, pelo menos 5 anos nos últimos 15).

O sistema de pensões direciona uma parcela de 2,5% do salário para o fundo público de gestão ou para fundos individuais. Mas, o modelo social sueco não tem sido fácil de manter, levando em consideração uma pirâmide demográfica invertida.

3.1 Resultados das Eleições Legislativas em 2026

De acordo com estatísticas nacionais, a população da Suécia era constituída por 10.610.500 habitantes, com base em dados atualizados de junho de 2026 (SCB, 2026)[9]. Sendo que o universo de eleitores elegíveis era de 8.051.355 cidadãos.

A participação nas eleições foi significativa, uma vez que se deslocaram às urnas 84,9% dos eleitores, ou seja, 6.834.413 pessoas.

O voto antecipado foi de 54,7%, equivalente a 3.736.703 votos.

Para obter maioria absoluta eram necessários, pelo menos, 175 lugares. O que não costuma ser fácil de obter no país. Na Suécia as coligações parlamentares são comuns.

Posto isto, consultem-se os resultados eleitorais reunidos na Tabela 1.

Tabela 1. Resultados Eleitorais do Riksdag (2026)

Partido	Percentagem de votos	Número de assentos
O Partido Social-Democrata Socialdemokraterna	28.02%	99
O Partido Moderado Moderaterna	19.85%	70
Os Democratas da Suécia Sverigedemokraterna	17.48%	62
O Partido de Esquerda Vänsterpartiet	8.40%	30
O Partido do Centro Centerpartiet	7.03%	25
Os Democratas Cristãos Kristdemokraterna	6.17%	22
O Partido Verde Miljöpartiet	6.12%	22
O Partido Liberal Liberalerna	5.34%	19
Outras partes com notificação de participação	1.58%	0

Fonte: Valmyndigheten (06/10/2026)[10]

8 OCDE (2026). "OECD Economic Outlook, Volume 2026, Issue 1". Under Pressure, Full Report, 3 June. URL: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-economic-outlook-volume-2026-issue-1_2d1956f0-en/full-report/sweden_079b157b.html

9 SCB (2026). Population Statistics. Official Statistics of Sweden, Population and Living Conditions, English. URL: https://www.scb.se/en/finding-statistics/statistics-by-subject-area/population-and-living-conditions/population-composition-and-development/population-statistics/

10 Valmyndigheten (2026). "Valresultat 2026 – riksdag, region och kommun". Valresultat och statistik / Riksdags-, region- och kommunval, 6 oktober 2026. URL: https://www.val.se/valresultat-och-statistik/riksdags--region--och-kommunval/valresultat-2026

De acordo com a Tabela 1, os sociais-democratas venceram as eleições com 28% dos votos, ou seja, obtiveram uma minoria parlamentar.

O Partido Moderado foi o segundo mais votado com cerca de 20% dos votos, a que correspondem 70 lugares no Parlamento.

Os Democratas da Suécia ficaram em terceiro lugar, com 62 assentos parlamentares e 17,48% dos votos.

3.2 Comparação entre Resultados das Eleições Legislativas em 2022 e 2026

Após uma leitura preliminar dos resultados, apresenta-se a Tabela 2, que estabelece uma comparação entre os últimos dois atos eleitorais e abrange os oito partidos com representação parlamentar.

Tabela 2. Resultados Eleitorais do Riksdag (comparação entre 2022 e 2026)

Partido	2022 %	2026 %	% p.p.	Deputados 2026	Variação lugares
Sociais-Democratas S	30,33	28,02	−2,31	99	−8
Moderados M	19,10	19,85	+0,75	70	+2
Democratas da Suécia SD	20,54	17,48	−3,06	62	−11
Partido da Esquerda V	6,75	8,40	+1,65	30	+6
Partido do Centro C	6,71	7,03	+0,32	25	+1
Democratas-Cristãos KD	5,34	6,17	+0,83	22	+3
Verdes MP	5,08	6,12	+1,04	22	+4
Liberais L	4,61	5,34	+0,73	19	+3

Fonte: Valmyndigheten (2022[11], 2026).

Com base na Tabela 2 é possível constatar que os sociais-democratas obtiveram menos votos do que nas eleições de 2022. Passando a negociar com menos oito deputados.

Os Democratas da Suécia foram os que mais perderam (-3,06% dos votos), ocupando menos 11 lugares no Parlamento. A extrema-direita tinha apostado as suas fichas no tema da imigração, na intenção de obter votos de protesto, mas como tinha apoiado o governo anterior e não podia posicionar-se como força exterior ao poder, pode ter perdido capacidade de mobilização do seu eleitorado, ou desiludiu quem votara nele em 2022.

O Partido da Esquerda foi quem mais ganhou (+1,65% dos votos), ao obter mais seis assentos parlamentares. O endurecimento da posição social-democrata sobre imigração e o voto crescente de eleitorado naturalizado, de origem imigrante, pode ter preenchido as fileiras progressistas.

Os números ganham outro sentido quando interpretados por blocos (Tabela 3). Somados, os quatro partidos da oposição — sociais-democratas, Esquerda, Verdes e Centro — reúnem 176 lugares, mais um do que a maioria absoluta; os quatro partidos que sustentaram o governo de Ulf Kristersson ao abrigo do Acordo de Tidö (2022) ficam pelos 173.

A vantagem aritmética da oposição é, porém, mais frágil do que parece: o Partido do Centro recusa negociações a quatro, enquanto o Partido da Esquerda exigir lugares no executivo, e este último recusa apoiar um governo do qual não faça parte.

11 Valmyndigheten (2022). "Valresultat 2022 – riksdag, region och kommun". Valresultat och statistik / Riksdags-, region- och kommunval, 11 september. URL: https://www.val.se/valresultat-och-statistik/riksdags--region--och-kommunval/valresultat-2022

Tabela 3. Distribuição dos lugares por blocos no Riksdag (2026)

Bloco	Percentagem de votos	Número de assentos
Oposição de centro-esquerda (S, V, MP, C)	49,57%	176
Bloco de Tidö (M, SD, KD, L)	48,84%	173

Fonte: Valmyndigheten (2026). Elaboração própria.

Acresce que a Suécia pratica um parlamentarismo negativo, ou seja, um candidato a Primeiro-Ministro não precisa de formar uma maioria, basta que não tenha 175 deputados a votar contra ele. As abstenções são uma forma de tolerância face ao equilíbrio constituído. É esta regra que confere ao Centro, partido-charneira entre os dois blocos, um peso negocial desproporcionado aos seus 25 deputados.

O Presidente do Parlamento sueco encarregou Magdalena Andersson a formar governo, por ser ela a líder dos sociais-democratas, partido que conquistou o maior número de assentos no órgão legislativo.

3.3 Após os Resultados Eleitorais

Os sociais-democratas foram os mais votados pela população em 2026. Já o tinham sido nas eleições anteriores, em 2022. Mas foi uma vitória de Pirro, ao exigir maior capacidade de negociação para incentivar parceiros de coligação a implementar o seu programa político.

A 17 de setembro o Primeiro-Ministro Ulf Kristersson renuncia ao cargo e fica a liderar um governo interino. Magdalena Andersson faz um discurso de vitória, um dia antes de receber um mandato exploratório.

A 27 de setembro, o Partido dos Verdes anuncia voto a favor do moderado Andreas Norlén para Presidente da Parlamento. O Talman tem sido o mesmo desde 2018, o que não é de somenos importância, atendendo a que corresponde ao cargo eleito mais elevado da hierarquia política da Monarquia Parlamentar Sueca, logo abaixo do Rei.

A 2 de outubro o Presidente do Parlamento propõe novamente a Magdalena Andersson para formar governo, após uma primeira tentativa sem sucesso. Mas a 13 de outubro, a líder dos sociais-democratas anuncia não haver condições para formar governo e, de facto, a 15 de outubro é rejeitada por todos os partidos à exceção daquele que lidera.

A 19 de outubro, Elisabeth Thand Ringqvist recebe a tarefa de formar um governo de centro-direita (Sweden Herald, 01/11/2026)[12].

A 26 de outubro, Elisabeth Thand Ringqvist devolve o mandato ao Presidente do Parlamento, reconhecendo não existir maioria para um governo de centro: «(…) a situação parlamentar torna atualmente difícil um apoio ao Governo» (Irish Times, 26/10/2026)[13].

A 29 de outubro, Andreas Norlén propõe Ringqvist, ainda assim, a votação no Riksdag, à frente de uma coligação de centro (Centro, Sociais-Democratas, Democratas-Cristãos, Verdes e Liberais) que nunca chegou a constituir-se.

A 3 de novembro, a proposta é rejeitada por 324 votos contra e 25 a favor, todos do Partido do Cen-

12 Sweden Herald (2026). "49 Days after Sweden's Election, What Happens Next in the Government Formation Process?". SH, Politics, 1 November. URL: https://swedenherald.com/article/49-days-after-swedens-election-what-happens-next-in-the-government-formation-process

13 Irish Times (2026). "Sweden's Centre Party leader hands task of forming government back to parliament speaker". The Irish Times, World/Europe, 26 de outubro (Reuters). URL: https://www.irishtimes.com/world/europe/2026/10/26/swedens-centre-party-leader-hands-task-of-forming-government-back-to-parliament-speaker/

tro (Anadolu, 03/11/2026)[14]. Nooshi Dadgostar, líder do Partido da Esquerda, resumiu a posição do seu partido: não existe um governo «do meio» e o Centro terá de escolher um lado. É a segunda proposta de Primeiro-Ministro chumbada.

O Presidente do Parlamento entregou a Ulf Kristersson um mandato exploratório até dia 10 de novembro. Pelo que restavam duas propostas antes de, nos termos do Regeringsformen, ser obrigatória a convocação de eleições antecipadas, a realizarem-se, no prazo de três meses (Metro Mode, 03/11/2026)[15].

A 6 de novembro de 2026, o partido conservador dos Democratas da Suécia, atual terceira força parlamentar, admitiu publicamente apoiar o atual primeiro-ministro de centro-direita, Ulf Kristersson, para que continue a governar, sem que o partido exija integrar o governo, supostamente por ser uma "força pragmática", que quer "pôr fim ao circo que se tem vivido nos últimos dois meses" e que "se sentiria mais seguro" num governo de centro-direita do que num de centro-esquerda.

Assim sendo, não governaria uma coligação de centro-esquerda, que se tornou inviável por falta de acordo entre as partes, até porque o Partido da Esquerda só se disponibilizava a apoiar um governo do qual fizesse parte. Nem os Democratas da Suécia subiriam ao poder através de uma coligação com os moderados.

O enfraquecimento das posições mais extremadas parece justificar o resultado final. Por um lado, a agenda contra a imigração foi mitigada por preocupações económicas da população em geral. Por outro lado, parece haver vontade política de encontrar uma solução que retire o país do impasse político.

4. Política Externa e de Segurança

A política externa e de defesa não foi central na campanha deste ano. Ou porque é relativamente consensual ou por não ser das principais preocupações dos eleitores, mais focados nos preços dos bens e do transporte, ou com problemas nos setores da saúde.

Com base em estudos do Centro de Pesquisa Europeia da Universidade de Gotemburgo, os partidos partilham uma leitura comum da ameaça russa e do apoio à Ucrânia, pelo que uma mudança de rumo em matéria de segurança se afigurava improvável (Sohlberg, 2026)[16].

Os partidos com assento parlamentar apoiam a permanência da Suécia na NATO, à exceção do Partido da Esquerda, que mantém uma oposição formal, mas não defende a saída (SVT Nyheter, 2026) [17].

Mats Engström, do Conselho Europeu para Relações Internacionais, antecipa que um governo de centro-esquerda traria «(…) uma pequena, ao invés de dramática, alteração na política externa e europeia da Suécia (…)» e que os sociais-democratas não reabririam o dossiê da adesão (Engström, 2026)[18].

No contexto orçamental, em março de 2025, o

14 Anadolu (2026). "Swedish parliament votes down Center Party leader as premier". Anadolu Agency, Europe, 3 de novembro. URL: https://www.aa.com.tr/en/europe/-swedish-parliament-votes-down-center-party-leader-as-premier/4110140

15 Metro Mode (2026). "Parliament said no to Elisabeth Thand Ringqvist as Prime Minister". Metro Mode, 3 de novembro. URL: https://metromode.se/en/noje/riksdagen-sa-nej-till-elisabeth-thand-ringqvist-som-statsminister/

16 Sohlberg, A. (2026). "The 2026 Swedish Election: Implications for Sweden's Role in the EU". Centre for European Research (CERGU), Universidade de Gotemburgo, 9 de setembro. URL: https://www.gu.se/en/news/the-2026-swedish-election-implications-for-swedens-role-in-the-eu

17 SVT Nyheter (2026). "Försvaret i valet 2026: här går partierna isär". SVT, Inrikes, 11 de setembro. URL: https://www.svt.se/nyheter/inrikes/forsvaret-i-valet-2026-har-gar-partierna-isar

18 Engström, M. (2026). "After Tidö: What a centre-left Sweden would change for Europe". European Council on Foreign Relations, Commentary, 31 de agosto. URL: https://ecfr.eu/article/after-tido-what-a-centre-left-sweden-would-change-for-europe/

governo de Ulf Kristersson anunciou o objetivo de elevar a despesa militar para 3,5% do PIB até 2030 (Breaking Defense, 2025)[19], em linha com o compromisso assumido pelos Aliados na Cimeira de Haia, em junho desse ano. Os demais partidos não protestaram.

As discordâncias situam-se a outros níveis. Por exemplo, os sociais-democratas propõem formar 20 000 conscritos por ano, contra cerca de 12 000 das restantes propostas. O Partido da Esquerda e os Verdes rejeitam a presença de armas nucleares em território sueco, mesmo em tempo de guerra. Os outros partidos não a excluem; e o financiamento em rearmamento, através de um novo imposto, continua a dividir as forças políticas (SVT Nyheter, 2026).

Um executivo social-democrata dependente do Partido da Esquerda teria de gerir temas como a rotação de aeronaves francesas com capacidade nuclear em território sueco, ou a cooperação em matéria de informações com a Turquia, herança direta das negociações de adesão (Engström, 2026).

No cenário inverso, uma reedição da maioria de Tidö, com os Democratas da Suécia no Conselho de Ministros, representaria uma novidade: pela primeira vez, a direita radical participaria de pleno direito nas decisões de política externa e de segurança do país.

Quanto à União Europeia, o quadro é de continuidade. Todos os partidos apoiam a pertença ao bloco regional. Ainda assim, a maioria mostra-se cética quanto a um aprofundamento da integração e a um orçamento europeu mais generoso.

A Suécia deverá manter-se entre os Estados frugais nas negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (Sohlberg, 2026; Engström, 2026). Um governo de centro-esquerda introduziria talvez maior atenção à ajuda ao desenvolvimento, às Nações Unidas e ao Médio Oriente, e a um possível regresso da «política externa feminista» associada a Margot Wallström e Ann Linde (Engström, 2026).

Há, por fim, uma dimensão que nenhum dos cenários de governo altera: a geografia. A adesão sueca e finlandesa fez do Báltico um mar praticamente rodeado por Estados aliados e conferiu à NATO profundidade estratégica no Norte da Fino-Escandinávia (ou Fenoscândia), ao ligar a defesa do flanco nórdico à do Alto Norte e do Ártico.

A Suécia tornou-se, assim, um Estado da linha da frente da NATO; pelo que a sua política de defesa responde mais a imperativos geográficos e alianças, do que à cor do governo em funções.

Em síntese, a crise de formação de governo é uma crise da aritmética parlamentar interna, não da orientação externa do país. Seja qual for o executivo que dela resulte, a Suécia continuará a ser um aliado empenhado da NATO, um apoiante firme da Ucrânia; e um membro pragmático e financeiramente prudente da União Europeia.

19 Breaking Defense (2025). "Sweden targets $30B increase in defense spending to hit 3.5% of GDP by 2030". Breaking Defense, Air Warfare, março. URL: https://breakingdefense.com/2025/03/sweden-targets-30b-increase-in-defense-spending-to-hit-3-5-of-gdp-by-2030/